
INSURGÊNCIA DAS JOVENS EGRESSAS NO ENSINO INTEGRADO: o curso em Agroindústria do IFSP

*Adriana Cruz da Silva
Cathia Alves
Rodrigo Palucci Pantoni*

Resumo

O presente artigo aborda o contexto divergente de um grupo de jovens mulheres que avançam na formação de uma área de saber que historicamente lhes foi negada. O objetivo foi investigar o processo formativo no contexto da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, quanto às questões de gênero, vivenciadas pelas jovens mulheres egressas do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Médio do IFSP. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de tipo exploratória, por meio da revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário semiestruturado. Como resultados, houve a participação de 63 egressas, de um universo de 197 jovens mulheres. Nota-se que a EPT ao alcançar as mulheres reproduziu um padrão e estereótipo de gênero no âmbito da criação de seus cursos. Atualmente, tem o potencial de ser um lugar de transformação, já que as mulheres são maioria nas matrículas. Contudo, pela pesquisa, ainda enfrentam questões estruturais que perpetuam desigualdades e opressões. Assim, cumpre que os cursos técnicos necessitam agir com práticas que deem condições para as estudantes permanecerem com êxito em seus processos formativos.

Palavras-chave: jovens mulheres; educação profissional e tecnológica; egressas.

INSURGENCY OF YOUNG FEMALE GRADUATES IN INTEGRATED EDUCATION: The Agroindustry Course at IFSP

Abstract

This article is on the divergent context of a group of young women advancing in the training of a field of knowledge that has historically been denied to them. The objective is investigating the educational process within the context of –Vocational School (VS), focusing on gender issues experienced by young female graduates of the Technical Course in Agroindustry Integrated with Secondary Education at IFSP. The study employed a qualitative and exploratory approach, using literature review, documentary analysis, and a semi-structured questionnaire. As a result, 63 graduates participated in the study, out of a total of 197 young women. The findings indicate that while VS has expanded to include women, it has historically reproduced gender patterns and stereotypes in the structuring of its courses. Although VS has the potential to be a space for transformation—given that women now constitute the majority of enrollments—structural barriers persist, perpetuating inequalities and oppression. Thus, vocational courses need to implement practices that ensure students’ retention and success in their educational trajectories.

Keywords: young women; professional and technological education; female graduates.

INSURGÊNCIA DE LAS JÓVENES EGRESADAS EN LA EDUCACIÓN INTEGRADA: El curso de Agroindustria del IFSP

Resumen

Este artículo aborda el contexto divergente de un grupo de jóvenes mujeres que avanzan en la formación dentro de un campo del conocimiento que históricamente les ha sido negado. El objetivo fue investigar el proceso formativo en el contexto de la Educación Profesional y Tecnológica - EPT, centrándose en las cuestiones de género vivenciadas por las jóvenes mujeres egresadas del Curso Técnico en Agroindustria Integrado a la Educación Secundaria en el IFSP. Se trata de un estudio con un enfoque cualitativo y exploratorio, que empleó revisión bibliográfica, análisis documental y la aplicación de un cuestionario semiestructurado. Como resultado, participaron en la investigación 63 egresadas de un total de 197 jóvenes mujeres. Los hallazgos indican que, aunque la EPT ha ampliado el acceso a las mujeres, ha reproducido patrones y estereotipos de género en la estructuración de sus cursos. A pesar de que la EPT tiene el potencial de ser un espacio de transformación—ya que las mujeres representan actualmente la mayoría de las matrículas—persisten barreras estructurales que perpetúan desigualdades y opresiones. Por lo tanto, los cursos técnicos deben implementar prácticas que garanticen la permanencia y el éxito de las estudiantes en sus trayectorias formativas.

Palabras clave: jóvenes mujeres; educación profesional y tecnológica; egresadas.

INTRODUÇÃO

As mulheres tiveram dificuldades de acesso à educação profissional promovida pelo Estado no início do século XX. Por exemplo, nas Escolas de Aprendizizes Artífices¹, em particular em São Paulo, fundada em 1910, que deu origem ao atual IFSP, o curso profissional oferecido às mulheres era oficina de Artes Decorativas (IFSP, 2016). A educação de nível médio disponível e predominante para as mulheres concentrava-se na Escola Normal - Magistério, voltada à formação de professores para atuação nas séries iniciais refletindo a ideia de que o trabalho da mulher deveria estar relacionado ao âmbito do cuidado e da educação das crianças (Almeida, 2004; Alves *et al.*, 2021).

Na metade do século XX, a educação profissional destinada para o sexo feminino passou a contar com a criação do Curso Técnico em Economia Doméstica, ofertado em colégios profissionais industriais e agrotécnicos, reforçando a associação entre a formação educacional das mulheres a atividades ligadas à esfera da vida privada. Observa-se que o acesso na educação formal, foi incentivado por meio de cursos que imprimiam características da vida doméstica, as quais poderiam ser aperfeiçoados via educação. Essa divisão por sexo na educação profissional está relacionado à construção de um sistema educacional que, no início do século reproduzia papéis sociais e padrões de comportamento vigentes, baseados na divisão sexual do trabalho, destinando às mulheres funções relacionadas à reprodução e ao cuidado e, aos homens, à esfera da produção da vida material (Almeida, 2004; Alves *et al.*, 2021).

Nesta recente história da inserção das mulheres nas escolas técnicas, alguns aspectos merecem atenção, como a trajetória da elevação do quantitativo de estudantes do sexo feminino,

¹ Posteriormente estas escolas deram origem à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Pacheco, 2010, 2020).

acompanhada de mais anos de escolarização. Entretanto, outras pesquisas analisaram e colocaram que o acesso aos cursos de nível médio profissionalizante e superior apresentam contradições, indicando que as mulheres prevalecem em determinadas áreas e cursos, o que se reproduziu, posteriormente, no mundo do trabalho. Esse fenômeno reflete não apenas estereótipos de gênero historicamente construídos e enraizados, mas também dinâmicas de inferiorização e precarização do trabalho da mulher, uma vez que contribui na desvalorização social das ocupações, sendo utilizadas pelo sistema capitalista para diminuir a remuneração, ou seja, reduzir o valor da sua força de trabalho, impactando diretamente nas condições de vida e oportunidades das mulheres (Saffioti, 1976; Bruschini, 1979, 1994; Bruschini, Lombardi, 2002; Bonfim, 2009).

Paralelamente, a educação profissional passou por diversas transformações com períodos de retrocesso e expansão. Nos anos de 1980, debates intensos marcaram a agenda educacional brasileira, enquanto na década de 1990, ocorreu um processo de desarticulação da educação profissional articulada ao ensino médio. Contudo, um marco importante aconteceu em 2008 com a lei de criação dos Institutos Federais. Essa legislação redesenhou a educação profissional, consolidando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Pacheco, 2010, 2020).

A reestruturação da rede compôs um conjunto de políticas públicas voltadas à expansão e democratização do acesso em todo o território nacional. Esse processo resultou na ampliação do número de cursos e vagas, que significou novas possibilidades formativas para as juventudes (Pacheco, 2010, 2020; Alves *et al.*, 2021). A concepção pedagógica do IF buscou e busca superar a dicotomia histórica entre ensino propedêutico e técnico, e integrá-los com uma formação humana, tendo o trabalho como princípio educativo (Ciavatta, 2008; Kuenzer, 2013). Essa perspectiva fundamenta a concepção de Ensino Médio Integrado, que parte do entendimento da educação enquanto processo de formação para emancipação dos sujeitos e que rejeita a dicotomia histórica entre formação técnica e formação científica, classe trabalhadora e classe dirigente.

Diante desse breve panorama, este artigo apresenta as vivências das jovens egressas do Curso Técnico Integrado em Agroindústria no IFSP. O objetivo é trazer as vivências do cotidiano escolar no curso técnico, e às questões de gênero que estiveram presentes ou ausentes, compreendendo de que maneira essas dinâmicas estavam desenhadas nos processos sociais escolares.

No que diz respeito às questões de gênero, a análise será a partir da crítica de Butler (2016, 2017), de desfazer o gênero, provocar um desmonte em um conceito associado a uma sexualidade performática. Ao citar e associar esses termos, partimos da ideia de Regulação defendida pela autora, entendendo que o sistema de poder do patriarcado, é um tipo particular de regulação que ao se associar a linguagem machista, produz o falocentrismo. Dessa forma, elege um nome para eclipsar o feminino e tomar seu lugar, constituindo as mulheres como irrepresentáveis. Colocando em prática um projeto político e econômico que desemboca no gênero, que acaba por requerer e instituir seu próprio regime regulador e disciplinar específico, produzindo o gênero como norma e fabricando o sexismo como violência.

E o que isso significa? Que gênero, para a autora, é um dispositivo, pelo qual e no qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas. Entretanto, esse mesmo gênero poderá ser o aparelho pelo qual esses termos podem ser desconstruídos e desmontados. O gênero se move além do binarismo naturalizado.

METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo exploratória (Lösch, Ferreira, 2023), pois pretendeu-se conhecer as experiências das jovens egressas, no contexto social da escola quando estudantes do curso técnico integrado. A partir das questões postas, esse tipo de estudo permitiu identificar, descrever e compreender os processos sociais e seus posicionamentos durante o processo de escolarização profissional e tecnológica. Segundo Gil (1999), a pesquisa de tipo exploratória é caracterizada por oferecer uma compreensão inicial sobre um determinado fenômeno, possibilitando uma visão geral e aproximativa.

A coleta de dados se deu por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e questionário semiestruturado. Com relação à revisão bibliográfica, buscou-se por outras investigações correlatas com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a temática, conhecer os referenciais teóricos utilizados e os caminhos metodológicos adotados. Com relação ao *corpus* documental, o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, foi analisado para compreender o processo de escolarização profissional. E por último, houve a elaboração de um questionário semiestruturado com perguntas fechadas, abertas e mistas, que foi aplicado via plataforma *Google Forms*.

Em busca de ampliar as possibilidades de contato e participação das jovens egressas na pesquisa, foram estabelecidas estratégias a partir das técnicas de amostragem não probabilísticas, ou seja, as egressas não foram selecionadas de acordo com procedimentos estatísticos, mas sim, com base nos critérios de intencionalidade estabelecidos (Gil, 2002). Os parâmetros adotados foram: ser concluinte do curso, ser do sexo feminino e ou se identificar como mulher. Outra estratégia não probabilística empregada, foi a “bola de neve”, que teve como ponto de partida as jovens egressas inicialmente identificadas e participantes, que por meio do diálogo indicaram outras egressas. Trata-se de uma técnica interessante para estudar grupos difíceis de serem acessados, como minorias sociais, populações estigmatizadas ou grupos com características específicas, é um recurso para a ausência de um banco de dados com informações suficientes de contato do público-alvo. A “bola de neve” é considerada uma técnica de recolha de dados nova e não ortodoxa, ela inova no campo de informações pessoais e frágeis e requer um acesso às pessoas pertencentes aos coletivos e territórios que colaboram na localização dos sujeitos para fruição da pesquisa (Vinuto, 2014).

Com relação ao procedimento de análise dos dados foi conduzida com base na análise descritiva qualitativa de Soares (2022). Para o autor, durante o processo de desenvolvimento desta técnica, ocorre uma interseção entre os processos de compreensão e interpretação ao mesmo tempo. Nesse sentido, a sua escolha justifica-se pela necessidade de construir uma descrição e reflexão crítica das informações coletadas junto às jovens egressas, possibilitando uma abordagem interpretativa pautada em uma perspectiva analítica e reflexiva.

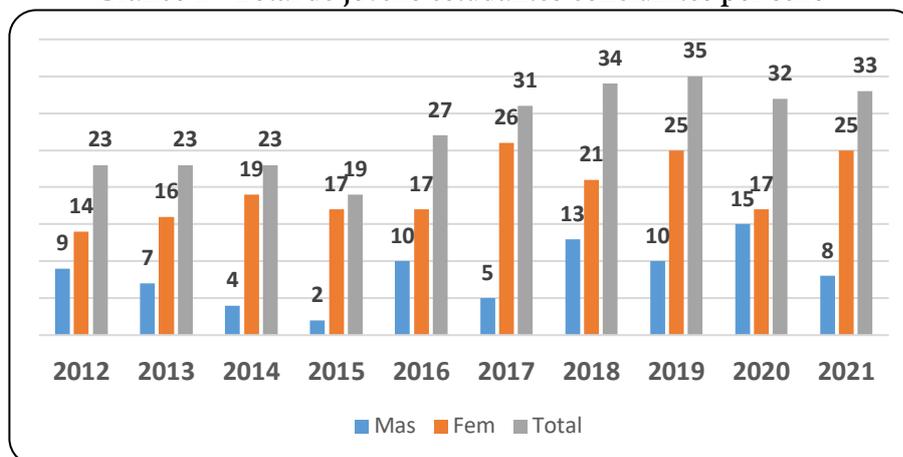
Para garantir o anonimato das participantes, suas falas foram identificadas utilizando a letra “E”, da palavra “egressa”, seguida por um número sequencial e ano da pesquisa. Também, optou-se por manter a forma original de escrita utilizada por elas ao expressarem suas ideias, preservando e respeitando suas construções discursivas. Esse cuidado metodológico procurou uma interpretação mais fiel das suas percepções e experiências, garantindo que suas vozes sejam representadas sem distorções. Este estudo foi aprovado pelo CEP do IFSP, sob o CAAE nº 75845623.2.0000.5473.

AS VOZES DAS JOVENS EGRESSAS DO ENSINO INTEGRADO NO ÂMBITO DA EPT

As jovens que participaram deste estudo estão distribuídas nas 10 turmas formadas pelo referido curso técnico que abrange desde a primeira turma, com ingresso em 2012 e conclusão em 2014, até a última turma investigada, que iniciou em 2021 e concluiu em 2023. Neste período houve um total de 197 jovens mulheres concluintes. O Gráfico 1, abaixo, apresenta a distribuição do total de estudantes concluintes, segmentados por sexo e organizados de acordo com o ano de ingresso no curso. Essa distribuição permite visualizar a participação das jovens, fornecendo elementos para se pensar sobre a presença das mulheres na EPT.

O total de jovens mulheres concluintes representou 70% do total de concluintes, evidenciando uma predominância do sexo feminino. Esse dado corrobora com outras pesquisas que apontaram para a crescente inserção, maior escolarização e conclusão das mulheres na EPT (Bonfim, 2009; Rodrigues, Pereira, 2017; Inep, 2021). Essa presença pode indicar ser reflexo das transformações culturais e institucionais, impulsionadas por políticas educacionais, bem como pela ressignificação da presença da mulher em lugares considerados como do masculino.

Gráfico 1 - Total de jovens estudantes concluintes por sexo



Fonte: Elaborado pela própria autora (2024).²

Dentro do universo de jovens mulheres concluintes do curso, 63 egressas acessaram o questionário. No entanto, uma delas optou por não participar, resultando em 62 respostas válidas. Dessa forma, a amostra investigada representou 32% do total de egressas concluintes. A adesão à participação na pesquisa pode indicar um interesse em compartilhar as experiências no contexto da EPT, o que possibilitou mapear e construir uma compreensão ampla sobre as percepções das jovens quanto às dinâmicas sociais escolares e as questões de gênero no percurso formativo.

Entre as participantes, todas se identificaram como mulheres cisgênero, ou seja, se reconheceram no gênero atribuído ao nascimento, dentro do binômio masculino-feminino. No que se refere à raça e etnia, a maioria das respondentes, 44 jovens, se autodeclarou como branca, enquanto 12 se identificaram como pardas, 4 como pretas e 2 como amarelas. Quanto ao estado

² Para uma visualização ampliada das tabelas e gráficos e outras informações complementares desta pesquisa, consultar Silva (2024).

civil, a maior parte das participantes, 51 declararam-se solteiras, enquanto 7 afirmaram estar casadas e 4 indicaram viver em união estável. Em relação à maternidade, 5 jovens egressas informaram ter um filho cada. Já as idades variaram entre 18 e 26 anos, demonstrando um espectro de idades relativamente amplo. As faixas etárias mais representativas são as de 23, 25 e 26 anos, cada uma com 9 jovens participantes.

Entendemos por juventudes os conceitos adotados pelos autores Dayrell (2007), Esteves e Abramovay (2007) que ressaltam o termo juventude no plural, devido a diversidade de condições de vivenciar esta fase da vida humana que está articulada com a realidade social. Portanto, não é somente uma fase caracterizada pelo viés da idade e do desenvolvimento biológico, sendo muitas vezes considerada como uma fase homogênea, a qual todos percorrem de maneira igual. Assim existem grupos de juventudes com diversas diferenças, mesmo tendo semelhança na faixa de idade.

SUBVERTENDO AS ESCOLAS TÉCNICAS COM A PRESENÇA DE JOVENS MULHERES

Com o objetivo de mapear a frequência de determinadas experiências vivenciadas durante o percurso acadêmico no IF e também compreender as percepções das ex-estudantes com relação ao envolvimento das questões de gênero no espaço da EPT, as perguntas feitas buscaram instigar uma reflexão no que concerne ao fato de ser mulher numa escola técnica. As questões foram estruturadas de maneira a capturar não apenas os aspectos objetivos da vivência escolar, mas também o ponto de vista das jovens sobre as relações sociais e institucionais.

Nesse contexto, a primeira pergunta formulada foi de tipo fechada: “Você se lembra se durante as atividades educativas como, por exemplo, nas aulas, nos laboratórios, nos jogos, nos eventos e etc., ocorria a organização das meninas para desempenhar determinadas tarefas, ações, funções e/ou papéis?”. Procurou-se investigar a existência de uma possível divisão sexual do trabalho no cotidiano escolar e, conseqüentemente, compreender se as jovens foram direcionadas para atividades tradicionalmente associadas ao que seria o papel social do feminino. Para esta pergunta a categoria “Nunca” foi assinalada por 19,35% das participantes, resultado este que sugere que não houve separação por gênero na organização das atividades escolares. Esse dado pode ser interpretado como um reflexo positivo da não separação com base no sexo dos estudantes. A categoria “Raramente” teve 22,58%, retratando a percepção de que houve algumas situações em que as atividades educativas foram arranjadas considerando o fato de serem meninas, mesmo que de forma esporádica. A frequência “Muitas Vezes” foi assinalada por 17,74% das jovens, o que significou a percepção de vivenciarem com mais recorrência essa experiência, levando em consideração o sexo das estudantes. A categoria “Sempre” teve 16,13%, indicando que a percepção de vivenciarem repetidamente a organização das meninas para desenvolver determinadas tarefas educativas, refletindo uma experiência permeada por demarcações de papéis de gênero. A opção “Às vezes” prevaleceu com 24,19%, o que indicou que a maioria das jovens percebeu esta situação de organização por sexo, de forma relativamente frequente, ainda que não constante, o que pode sugerir a permanência de estereótipos de gênero neste contexto educacional.

Os dados evidenciam a permanência de padrões de gênero nas práticas institucionais, demonstrando que, apesar dos avanços para maior equidade, persistem mecanismos sutis de divisão que podem influenciar a socialização e os percursos futuros. A organização diferenciada, mesmo que feita eventualmente, pode alimentar ou reforçar as percepções das estudantes sobre o que é considerado adequado para meninas e meninos, podendo se estender para o mundo do trabalho.

Tal normalidade pode facilitar que determinadas situações continuem se reproduzindo sem gerar estranheza, enraizando certos comportamentos.

É oportuno trazer Schiebinger (2001), que explora a relação da ciência com o feminismo. A autora pontua, dentre outras questões, que mulheres e homens tendem a adotar comportamentos que correspondem às expectativas sociais, ainda que de forma não intencional, o que pode contribuir para a perpetuação e percepção do papel e lugar de subordinação das mulheres. Segundo estudos, foram observadas as dinâmicas de gênero que ocorrem nos laboratórios, sendo identificado que os homens, ao dividir uma lista de tarefas, frequentemente escolhiam atividades consideradas menos “femininas” quando acreditavam que estariam trabalhando com mulheres, em comparação à quando acreditavam estar trabalhando com outros homens. Foi notado, também, de forma semelhante, que as mulheres optavam por tarefas vistas como mais femininas ao pensarem que seus parceiros de trabalho seriam homens, mesmo sem terem informações sobre as expectativas deles. Ficou evidenciado que mesmo quando bem-intencionados, os indivíduos ajustam-se inconscientemente às expectativas dos estereótipos de gênero presentes.

A questão seguinte colocada às egressas teve como objetivo investigar a recorrência de manifestações de cunho sexista durante o curso. “Você se lembra se, no Curso Técnico em Agroindústria Integrado, era comum ouvir brincadeiras ou comentários pejorativos relacionados às questões de gênero?”. Os resultados indicaram que 35,48% das respostas foram para a categoria “Nunca”, percentual expressivo, indicando que uma parcela das jovens nunca ouviu comentários pejorativos durante sua trajetória escolar. Esse dado pode ser interpretado sob duas perspectivas complementares: primeiramente, a predominância de mulheres nas turmas, conforme apontado no gráfico 1, fato este também presente nos relatos das egressas, o que pode ter contribuído para uma menor incidência desse tipo de comentários, uma vez que, em espaços majoritariamente ocupados por mulheres, as manifestações de discursos pejorativos de gênero podem ser menos frequentes. Em segundo lugar, a ausência de outro curso técnico na mesma área pode ter limitado a criação de um cenário de maior diferenciação entre grupos, reduzindo assim potenciais conflitos e interações sociais pautadas em diferenças de gênero, conforme analisado em pesquisas anteriores, como a de Carvalho (2010).

Embora o cenário aponte para um resultado positivo sobre o baixo convívio com situações pejorativas, a categoria de frequência “Raramente” foi assinalada por percentual igual de 35,48% das jovens, o que significa a existência de situação de falas com brincadeiras de cunho sexista, ainda que de forma esporádica. A categoria “Muitas Vezes” com 4,84%, representou um grupo de egressas que ouviu mais frequentemente brincadeiras pejorativas. A opção “Sempre” com 8,06%, representou um grupo de jovens que estiveram expostas a comentários pejorativos frequentemente, de forma repetida. Enquanto a categoria “Às Vezes”, foi assinalada por 16,13% das respondentes, que ouviram comentários relacionados às questões de gênero de modo relativamente contínuo, ainda que não constante. Esses dados, demonstram que, embora o percentual das respostas indicando ausência de experiências com comentários pejorativos seja significativo, há indícios de que falas sexistas estiveram presentes no cotidiano escolar, ainda que em diferentes graus de frequência.

Dando continuidade à investigação, buscou-se compreender a presença do debate sobre desigualdades de gênero no curso por meio da seguinte questão: “Você se lembra se o curso proporcionou momentos de conversa e reflexão sobre as desigualdades que atingem as mulheres no mundo do trabalho?”. Houve o intuito de investigar a percepção das egressas acerca da recorrência e da inserção dessa temática ao longo do processo formativo. O objetivo foi não apenas

quantificar a frequência com que essas discussões ocorreram, mas também apreender em que medida o curso técnico integrado contribuiu para a reflexão sobre as desigualdades de gênero no contexto da EPT. Sendo assim, a categoria “Nunca” foi assinalada por 14,52% das jovens, indicando a ausência total de discussões no contexto do curso. Já a opção “Raramente” foi escolhida por 16,13%, sugerindo que, embora o tema tenha sido abordado, isso ocorreu de maneira esporádica e não sistemática. Com relação a frequência “Muitas Vezes”, foi indicada por 30,65% das jovens, revelando que a maioria experienciou momentos recorrentes de conversa e reflexão sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no trabalho. A opção “Sempre” foi assinalada por 12,90%, o que demonstra que tais discussões foram uma constante ao longo do curso, sugerindo uma abordagem mais sistematizada e contínua. Por fim, a frequência “Às Vezes” foi escolhida por 25,81% das egressas, apontando que os momentos de diálogo sobre as desigualdades de gênero ocorreram com relativa frequência, mas sem muita regularidade. A ausência ou a baixa recorrência de uma abordagem estruturada sobre a temática no currículo pode limitar a condição das estudantes de reconhecer e enfrentar as desigualdades estruturais no mundo do trabalho e também na sociedade, contribuindo para a perpetuação das barreiras já existentes à equidade e paridade de gênero. Diante desse cenário, torna-se necessário que as instituições de EPT assumam posição na promoção de estratégias que fortaleçam esse debate, integrando a temática de forma transversal e consistente na formação técnico-científica das jovens estudantes.

Nota-se que a abordagem curricular sobre a temática se apresentou de forma tímida e frágil, o que evidencia um espaço de disputa em torno do que deve ou não ser legitimado como conhecimento dentro da educação profissional. Sabe-se que o currículo é um território de disputa de saber, pois como afirma Silva (2007), o currículo não é neutro, ele reflete relações de poder e identidade, que podem reforçar ou desconstruir desigualdades. A implementação de políticas educacionais que garantam espaços de diálogo sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho pode contribuir significativamente para a emancipação das jovens estudantes e futuras trabalhadoras.

As egressas também foram questionadas, “como se dá a vivência de situação de preconceito ou de constrangimento por ser mulher no ambiente do IF? Qual foi sua reação? Como você se posicionou?”. Dentre as respostas obtidas, 45 participantes indicaram não terem vivenciado tais situações, recorrendo a termos ou expressões como “nunca” e “não consigo lembrar”. Estas respostas sugerem que, para a maioria, o IF foi percebido como um lugar onde não ocorreu manifestações de preconceito ou constrangimento explícito por serem mulheres. Considera-se que o alto número de respostas negativas para episódios explícitos de preconceito não implica necessariamente na inexistência de práticas discriminatórias. Muitas das situações ocorrem de maneira sutil e naturalizada, tornando mais difícil sua identificação e, conseqüentemente, o posicionamento de enfrentamento. Dessa forma, o silêncio em relação a essas vivências pode estar relacionado tanto à percepção de um lugar acolhedor quanto à dificuldade em reconhecer e nomear determinadas experiências como sexistas.

Outras duas jovens optaram por não responder à questão e três relataram que suas turmas eram majoritariamente compostas por mulheres, o que, segundo elas, teria proporcionado um ambiente de convivência tranquilo, logo reduzindo a incidência de experiências discriminatórias. Esse aspecto sobre a predominância de mulheres no curso, pode ter favorecido uma percepção de maior segurança, que se estendeu para os demais espaços escolares. O relato da jovem E58 (2024), demonstra: “Nunca vivi, na minha sala tinha muitas meninas, então era mais confortável”. Esse

depoimento reforça a ideia de que a presença de mulheres no curso pode ter contribuído na redução das experiências negativas e construção de um lugar de maior pertencimento.

Um outro relato foi da jovem E50 (2024), que, embora tenha afirmado não ter vivenciado situações explícitas de constrangimento, descreveu um episódio instigante e relevante para a reflexão sobre os processos de estereotipação dos cursos e das áreas do conhecimento. Sua fala evidencia como determinadas percepções são reproduzidas.

— Não me lembro de ter passado por alguma situação desse tipo. O que eu me lembro é que, uma vez, um colega da turma do Curso Técnico Integrado de Mecatrônica, disse-me que deveria ter escolhido o curso de Agroindústria pelo fato de ter mais meninas na turma. Foi um comentário mais geral, e, quando isso aconteceu, eu acabei levando na brincadeira (E50, 2024).

A fala ilustra como a divisão de gênero nos cursos técnicos ainda é percebida de forma naturalizada, sugerindo a existência de códigos implícitos de pertencimento que associam determinadas áreas do conhecimento a um grupo específico. O comentário feito pelo colega do sexo masculino, que deveria ter escolhido o integrado em Agroindústria, devido à maior presença de meninas, reflete um imaginário social no qual algumas áreas são tradicionalmente identificadas como femininas e outras como masculinas. O episódio revela como esses discursos, ainda que aparentemente inofensivos, contribuem para a reprodução de estereótipos de papéis, lugares na escola, no trabalho e nas demais esferas e dinâmicas sociais. E ainda, a fala do estudante pode representar uma intenção desajustada, no sentido de escolher um curso somente pelo fato de ter mais mulheres do que no dele, ou seja, um local no qual ele ficaria mais “confortável” entre mulheres, um traço comum e sutil do machismo. Dessa forma, é necessário o debate contínuo e robusto sobre a desconstrução dessas concepções, dando lugar a um ambiente escolar que incentive escolhas profissionais baseadas em interesses, e não em expectativas de gênero historicamente estabelecidas.

Houve um grupo de doze jovens que respondeu afirmativamente que já sofreu preconceito na instituição, descrevendo suas experiências, posicionamentos e emoções. A análise dessas falas revela não apenas a diversidade das experiências enfrentadas, mas também a forma como cada uma delas reagiu ao preconceito e constrangimento vivenciado. É importante destacar que, ao relatar e refletir sobre essas situações, as jovens estão rememorando eventos de conflito e desigualdade, os quais, muitas vezes, suscitaram tensão, indignação e sofrimento. O ato de compartilhar essas experiências no contexto de uma pesquisa sugere um processo de resignificação. Essas vivências, ao assumirem a forma de relatos, contribuem para a compreensão crítica das dinâmicas de gênero no cotidiano da EPT. As falas contam diferentes formas de enfrentamento, desde a busca por instâncias institucionais até a dificuldade de reagir diante da opressão vivida.

— Sim, levei até a direção e tomaram as devidas providências (E11, 2024).

— Sim, abri uma denúncia administrativa contra um professor que proferia constantemente piadas e frases machistas em sala de aula (E37, 2024).

— Sim. Minha reação foi sentir medo perante a situação, vergonha, me senti culpada por muito tempo sobre a situação. Não consegui obter posicionamento desejado e me calei (E43, 2024).

Enquanto algumas jovens relataram dificuldade em se posicionar devido aos sentimentos de medo, outras levaram as situações ao conhecimento da instituição, o que demonstra a complexidade das reações individuais diante de situações sexistas e racistas. As egressas E11 e E37 (2024) tiveram a postura de enfrentamento ao levar ao conhecimento dos responsáveis a situação vivida. Os relatos das jovens demonstraram a não aceitação e a necessidade de responsabilizar os praticantes de falas e posturas discriminatórias. Além disso, estas jovens denunciaram figuras que representam autoridade, poder e que desfrutam de status dentro do espaço da escola.

Com relação à fala da jovem egressa E43 (2024) que sentiu medo, vergonha e culpa, ela também descreveu um processo de internalização da violência de tipo simbólica, que a levou a não conseguir se posicionar, ocasionando o silêncio. Esse relato apontou para o que Bourdieu (2012) discute sobre como a dominação masculina é mantida por mecanismos simbólicos que tornam as relações de poder entre os gêneros invisíveis ou percebidas como “naturais”. O medo e a vergonha vivenciados pela jovem são manifestações do que o autor chama de “violência simbólica”, em que a opressão é incorporada pela vítima como parte de sua percepção de mundo. A sensação de “culpa” pode ser compreendida como resultado da internalização da submissão, em que as mulheres são socializadas para aceitar as desigualdades de poder e atribuir a si mesmas a responsabilidade por situações de opressão. A prática do silenciamento é uma das formas potentes de manutenção da dominação, ao reforçar a ideia de que a mulher não pode e não deve ocupar lugares de fala, poder e protagonismo. No caso da vivência da jovem, o silêncio não é apenas uma consequência da violência simbólica, mas é também um mecanismo que perpetua a desigualdade, ao impedir a visibilidade da opressão e a mobilização para enfrentá-la. O autor aborda como estes processos de socialização são construídos historicamente, o que faz com que a dominação masculina não precise ser explicitamente imposta por meios coercitivos, podendo atuar, também, pelos sentimentos de culpa, vergonha e medo que levam ao silêncio. O relato expõe como a opressão e a dominação atuam de maneira invisível, tornando a resistência ou o enfrentamento mais difícil e complexa.

Outra vivência que emergiu diz respeito a dupla opressão de raça e gênero:

— Meus professores do técnico, majoritariamente homens, sempre julgavam eu não ser apta nas aulas práticas. Os meninos de mecânica sempre me tratavam mal em todos os ambientes e eu sentia que era por ser uma mulher negra (E4, 2024).

A fala da jovem E4 (2024) trouxe uma situação de discriminação dupla, ao descrever que era frequentemente julgada como “não apta” nas aulas práticas ministradas por professores majoritariamente homens e que se sentia maltratada, pelos colegas do curso em mecânica, associando esse comportamento à sua condição de mulher e negra. Esse relato revelou que, além do preconceito por ser mulher, durante as práticas de ensino, a discriminação racial também foi acionada. A experiência da jovem trouxe à tona a importância e necessidade de uma análise das vivências das mulheres pretas nos espaços de formação técnico-científica, no quais diferentes marcadores sociais, como raça e gênero, podem se combinar e intensificar o processo de marginalização, exclusão nos espaços da EPT (Almeida, 2018; Hirano, 2019). Os fatos descritos revelam como o racismo e o sexismo operam, tanto nas dimensões institucionais, quanto no âmbito

das relações sociais pessoais, criando um cenário de desvalorização, rejeição que marginaliza a menina/mulher negra.

Mas esta dupla discriminação, o racismo e o sexismo, presentes no cotidiano escolar estão inseridos em um sistema mais amplo de opressão. Gonzalez (1984) coloca que o racismo no Brasil opera de forma sutil e tão entranhado que frequentemente é mascarado por discursos de igualdade e de democracia racial. A marginalização não é apenas individual, mas faz parte do imaginário social coletivo que, historicamente, posicionou corpos negros em funções subalternas, e excluiu as mulheres negras dos espaços técnicos, científicos e intelectuais, das posições postas como lugares de prestígio e poder.

E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível à “brancas” ou “clarinhas”) (Gonzalez, 1984, p. 230).

Essa atuação conjunta do patriarcado e racismo criaram hierarquias que subordinaram as jovens, meninas e mulheres negras duplamente, negando-lhes o direito de existir plenamente nos espaços públicos. Segundo Gonzalez (1984), a dinâmica social brasileira busca desumanizar as mulheres negras, impondo-lhes um sentimento e um lugar de inferioridade. O que repercutirá nas trajetórias pessoais, educacionais e profissionais das jovens negras.

Outro conjunto de falas trouxe experiências que descreveram um cenário diversificado das formas de preconceito de gênero que ocorreram no espaço da EPT. Os relatos expuseram desde episódios de objetificação das mulheres, comentários machistas, até situações de desvalorização no contexto acadêmico e científico.

— Apenas o “de sempre” sobre os meninos acharem que podem opinar e olhar demais sobre nós. Por incrível que pareça, é algo que nos acostumamos, mesmo sendo desgastante e chegando a ser nojento (E29, 2024).

— A objetificação, porém por parte dos alunos em si. Infelizmente comum em quase todos os lugares, fofocas e burburinho sobre outras meninas na escola era fácil de ouvir. Na época, meu posicionamento foi apenas me afastar dos que fizeram as brincadeiras, sem ter realmente me posicionado, pelo significado da palavra (E23, 2024).

— Nós tínhamos conhecimento que um colega de sala tinha muitas falas machistas, mas ele nunca teve coragem suficiente de falar na nossa frente, então não foi nada levado a sério. Mas acho extremamente desnecessário e babaca (E1, 2024).

— Havia um garoto que sempre fazia comentários sobre o pênis dele perto das meninas como se a gente quisesse saber. E era muito aleatório. Isso me incomodava. Até que um dia eu dei um basta nele e o infeliz nunca mais abriu a boca pra falar asneira (E41, 2024).

— Sim, falavam que éramos do curso de cozinheiras, e que era curso de mulher o curso porque na minha turma tinha somente 1 homem, homossexual. Eu ignorava (E21, 2024).

— Uma vez fomos gravar um vídeo para o “Vem pra IF” e eu participei pois sempre estava envolvida nas coisas do laboratório, o vídeo em questão se passava no laboratório de química, eu estava no 3º ano e gravei com um colega do 2º, ambos de agro. Durante a gravação do vídeo o produtor pediu para que eu balançasse uma vidraria e logo após pediu para esse colega gravar comigo e disse para fazer para que parecesse que ele estaria me ensinando a fazer aquilo (o que não faz nenhum sentido já que eu era mais velha e eu estava segurando a vidraria, logo, o mais óbvio era eu estar “ensinando”). Fiquei revoltada com a situação e na época até comentei com a professora, um enorme desrespeito com a mulher no âmbito científico! (E57, 2024).

As falas das jovens E29, E23 e E1 (2024) indicaram uma percepção de que comportamentos sexistas são comuns, corriqueiros e, de certa forma, esperados. A menção a expressão, “o de sempre”, referindo-se à objetificação e ao comportamento invasivo por parte dos meninos, ressaltando que, apesar de ser uma experiência desgastante e até mesmo “nojenta”, as estudantes acabam se acostumando. Os relatos evidenciam um processo de normalização, naturalização do preconceito, em que internalizam a ideia de que estes tipos de comportamentos fazem parte do cotidiano. A fala da egressa E41 (2024) trouxe o enfrentamento direto como estratégia para estabelecer limites frente a comportamento ofensivo e invasivo, mas também houve um rompimento com a suposta “normalidade” deste tipo de situação.

A jovem E57 (2024) trouxe a vivência que aconteceu dentro de uma prática extracurricular, ao participar da gravação de um vídeo, na qual foi sugerido que o colega do sexo masculino, mais novo e com menos experiência, encenasse, parecesse que estava ensinando algo a ela, mesmo ela estando no 3º ano do curso técnico e possuindo maior formação técnico-científica. A situação foi interpretada pela jovem como um desrespeito, um questionamento às mulheres no âmbito científico, lugar este, em que o conhecimento da mulher, muitas vezes, é posto em dúvida. Cabe destacar que a dúvida sobre o conhecimento, capacidades técnicas, tecnológicas e científicas das mulheres, também foram trazidas pelas egressas participantes em outros contextos da pesquisa, indicando ser um fato corriqueiro.

Para os autores Freitas e Luz (2017), a ciência e a tecnologia foram historicamente construídas como lugares do masculino, sustentado por uma representação simbólica que associa o “fazer ciência” à figura do masculino. Segundo os autores, essa construção cultural não apenas excluiu as mulheres, mas também legitima restrições ao seu acesso e participação nas áreas científicas. O relato da egressa E57 (2024) exemplifica esse fenômeno, ao descrever que mesmo estando em um espaço educacional para a emancipação dos estudantes, ocorre situações que reforçam estereótipos, pois o colega do sexo masculino foi escolhido para ocupar a posição de detentor do conhecimento. A situação descrita reflete a naturalização de papéis de gênero que subordinam as mulheres no âmbito científico, pois ao direcionar o estudante do sexo masculino para encenar a situação de estar “ensinando”, mesmo sendo ele mais jovem e com menos experiência técnico-científica, ocorre uma reprodução de estereótipos que deslegitimam a mulher enquanto sujeito do saber. Sendo as mulheres, muitas vezes, percebidas como aprendiz ou auxiliar no espaço científico e não como protagonistas ou autoridades. Essa dinâmica é um exemplo prático

de reprodução da demarcação do território científico e tecnológico como do masculino. Para os autores,

Incluir e incentivar as mulheres para a C&T, assim como vencer as barreiras para seu acesso e permanência na área, embora necessário, não é suficiente, pois não alcançaria os princípios estruturadores e pressupostos chave da ciência e da tecnologia; ou seja, é necessário desestabilizar as estruturas androcêntricas da C&T (Freitas, Luz, 2017, p. 06).

A fala da jovem E21 (2024) que descreveu a desqualificação do curso com comentários do tipo “curso de mulher” por ter uma maioria de mulheres e um menino homossexual, expõe um tipo de preconceito que associa o valor dos cursos, das áreas de conhecimento, de acordo com o sexo e gênero dos estudantes que o frequentam. Esse tipo de comentário reproduz estereótipos que vinculam as mulheres a áreas consideradas menos nobres e prestigiadas. Tais comentários perpetuam e renovam a ideia de que certos espaços acadêmicos são mais “adequados” para meninos e outros para meninas. Discursos, falas e percepções que criam os nichos e renovam o processo de guetização dos lugares de formação e de trabalho (Bruschini, 1994; Bruschini, Lombardi, 2002). Uma situação semelhante foi verificada na pesquisa de Carvalho (2010), que investigou os cursos integrados de Agropecuária e Agroindústria no IFBA. Os estudantes do curso de Agropecuária percebiam o curso de Agroindústria como tendo menor valor social, por ser menos tradicional e por não estar diretamente vinculado às atividades da terra e do campo. Além disso, o curso de Agroindústria era estigmatizado como um curso “feminino”, o que resultava em rótulos aos estudantes do sexo masculino como homossexuais.

Diante dos dados e relatos apresentados ao longo desta pesquisa, observa-se uma contradição entre a presença quantitativa das jovens no curso técnico e suas experiências qualitativas, ainda marcadas por desigualdades de gênero. As falas das jovens mulheres mostram que a ocupação desse espaço não é garantia de equidade. Essa contradição é central para entender os limites dos avanços institucionais quando não há um enfrentamento profundo e transversal das questões de gênero. A ocupação dos espaços pelas jovens mulheres não garante, por si só, a eliminação de práticas e estruturas patriarcais que ainda operam de forma sutil (ou explícita) dentro das instituições de ensino. Portanto, o estudo evidencia que a simples ampliação do acesso de mulheres à EPT não é suficiente para romper com os padrões de gênero, sendo, portanto, necessário um compromisso político-pedagógico mais consistente com a equidade de gênero. Desse modo, discutir o currículo e a formação profissional em torno de questões de gênero de jovens mulheres, atravessa interseccionalmente os corpos e provoca cisões, rompimentos que desestabilizam e regulam os comportamentos, fabricando novos discursos e novas direções.

CONSIDERAÇÕES

Foi desafiador e instigante investigar e analisar o contexto formativo e de gênero dessas 62 jovens mulheres egressas de um curso Técnico Integrado em Agroindústria, demonstrando um cenário insurgente de avanços e retrocessos que a EPT enfrenta no Brasil.

Os dados indicam lacunas na forma como o tema mulher e gênero foram abordados no currículo, apontando que a temática esteve relativamente presente de forma sutil no curso, enquanto iniciativa individual de inclusão desse debate e em momentos pontuais. O processo de investigação apontou que não houve uma integração consistente dessas discussões no currículo do curso, o que resultou em uma percepção de superficialidade por parte de algumas egressas. Esse fato pode ser atribuído à ausência da temática de forma mais consistente e amarrada no PPC de 2013, que esteve em vigor até o ano de 2022, pois, neste ano, houve a reformulação do mesmo. O novo PPC integrou de maneira transversal a perspectiva da mulher e de gênero no currículo, entretanto entrou em vigor com a turma ingressante de 2023.

Outros resultados relevantes referem-se às falas das jovens em torno dos enfrentamentos de estereótipos de gênero, discriminação e desigualdade de oportunidades. Elas citam a ocorrência de situações de dúvida sobre seus conhecimentos técnicos-científicos, sobre suas capacidades enquanto mulheres na posição de protagonistas do saber, ocorrência de piadas sexistas e olhares invasivos. A presença de práticas machistas está enraizada e contribui para reforçar a continuação de práticas discriminatórias e opressoras. Também houve a captura de experiências de nunca terem vivenciado práticas sexistas, por parte de algumas jovens egressas e outras que estão fazendo o enfrentamento e vivendo de modo insurgente, diariamente.

Notou-se que os resultados evidenciaram que a presença de estudantes mulheres no curso foi predominante e as respostas das egressas apontaram, em sua grande maioria, para um ambiente com menos ocorrência de conflitos e opressões, contudo, houve relatos que descreveram a ocorrência de situações sexistas. Algumas egressas mencionaram situações discriminatórias que também se relacionavam interseccionalmente com os marcadores de classe social e raça.

Portanto, rebelar-se e associar-se a mudanças políticas, pedagógicas, culturais e econômicas concretas pode abrir caminhos para o cruzamento das fronteiras históricas que delegaram às mulheres um “papel pré-determinado”. Com isso espera-se romper e implodir para novas formas de estar no mundo para jovens mulheres e para todas as pessoas que sofrem prepotências e abusos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Rosa Fatima de; VALDEMARIN, Vera Tereza (Org.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 59-107.

ALMEIDA, Heloísa; SIMÕES, Júlio; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lilia. Numas. 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo *et al.* (org.). *Marcadores Sociais da Diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Gamma, 2018, p. 9-30.

ALVES, Cândida Beatriz; HAMID, Sonia Cristina; MOHAMED, Elzahra; OSMAN, Radwan Omar. Educação profissional e gênero: uma discussão necessária. In. *As bases conceituais na EPT* [livro eletrônico]. Org. SILVA, Claudio Nei Nascimento; ROSA, Daniele Santos. 1. ed. - Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. Disponível em <http://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/issue/view/12/2>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BONFIM, Carla Márcia Paiva Assis. *A situação das mulheres na Educação Profissional de nível médio: uma análise dos dados do Censo Escolar – 2001 a 2006*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84KSUH>. Acesso em 07 mar. 2025.

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista de Estudos Feminista*. Florianópolis, v. 2, p. 179-199, 1994. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v02sespecial/v02sespeciala15.pdf>. Acesso em 07 mar. 2025.
- BRUSCHINI, Cristina. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, [online]. 1979, n. 28, p. 5-20. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1690>. Acesso em 07 mar. 2025.
- BRUSCHINI, Cristiana; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/VTDTBZBKQjxkmCK8BQtYVw/?lang=pt#>. Acesso em 07 mar. 2025.
- BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 42, p. 249-274, 2016. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>. Acesso em 07 mar. 2025.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 15a. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CARVALHO, Nivaldo Moreira. Ensino Médio Integrado, representações de gênero e perspectivas profissionais: um estudo com jovens dos cursos de Agropecuária e Agroindústria em Guanambi/BA. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2010. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9106>. Acesso em 07 mar. 2025.
- CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: *Dicionário da educação profissional em saúde*. Org. Isabel Brasil Pereira; Júlio César França Lima. 2.ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/143.pdf>. Acesso em 07 mar. 2025.
- DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. In: FAVERO, Osmar; SPÓSITO, Maria Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys. (Orgs.). *Juventude e Contemporaneidade*. Coleção Educação para Todos. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/157>. Acesso em 07 mar. 2025.
- ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos. (Org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume27_juventude_outros_olhares_sobre_a_diversidade.pdf. Acesso em 07 mar. 2025.
- FREITAS, Lucas Bueno; LUZ, Nanci Stancki. Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte. *Cadernos Pagu*, 49, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201700490008>. Acesso em 07 mar. 2025.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4º. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, São Paulo, 1984, p. 223-244. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10316>. Acesso em 07 mar. 2025.
- IFSPa. *Histórico*. 2016. Disponível em <https://spo.ifsp.edu.br/historico>. Acesso em 20 jan. 2025.
- IFSPb. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Avaré. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio. São Paulo, 2013. Acesso em: 20 out. 2022.

IFSPc. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Avaré. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio. São Paulo, 2022. Disponível em <https://avr.ifsp.edu.br/tecnicos-integrados/94-tecnico-emagroindustria>. Acesso em 20 out. 2022.

INEP. Ministério da Educação. *1º Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica – 2015 a 2019*. Brasília, DF: Inep/MEC, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/anuario%20-a-educacao-profissional-etecnologica/resultados>. Acesso em 07 mar. 2025.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Mauricio; MACHADO, Bernardo Fonseca. (Org.). *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. 258 p. (Coleção Diferenças). Disponível em https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1249/o/marcadores_sociais_das_diferencas.pdf. Acesso em 07 mar. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 68, p. 21-28, 2013. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1118>. Acesso em 10 mai. 2022.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques de Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.21723/riae.v18i00.17958>. Acesso em 01 nov. 2024.

PACHECO, Eliezer. *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Portal do professor. MEC. Brasília, 2010. Disponível em <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 07 mar. 2025.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em 4 fev. 2023.

RODRIGUES, Priscilla Santos; PEREIRA, Maria Santos. Maternidade e êxito na profissão técnica: estudo de caso de discentes egressas do curso Técnico em Agropecuária do IFMT/Campus Cáceres. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498845577_ARQUIVO_artigofazendogen_erofinal.pdf. Acesso em 07 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Editora Vozes. Petrópolis, 1976.

SILVA, Adriana Cruz da. *O lugar da mulher na educação profissional e tecnológica e no mundo do trabalho: as vivências das egressas do curso técnico integrado em agroindústria do IFSP*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Sertãozinho, Sertãozinho/SP, 2024. Disponível em https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15830883. Acesso em 20 fev. 2025.

SILVA, Tomas Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica. (2007)

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru-SP. EDUSC. 2001.

SOARES, Carlos José Ferreira. *Análise descritiva qualitativa*. Curitiba: CRV, 2022.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em 7 jul. 2023.

Submetido em 08 março de 2025
Aprovado em 22 de maio de 2025

Informações dos autores

Adriana Cruz da Silva

Afiliação institucional: Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de São Paulo – IFSP, Campus Sertãozinho

E-mail: adriana.cruzdass@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6562-4314>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2392904033011533>

Cathia Alves

Afiliação institucional: Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de São Paulo – IFSP, Campus Salto

E-mail: cathiaalves@ifsp.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4768-0539>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5651840768879486>

Rodrigo Palucci Pantoni

Afiliação institucional: Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de São Paulo – IFSP, Campus Sertãozinho

E-mail: rpantoni@ifsp.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8644-7118>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5971351057949885>